

Associativismo negro em Florianópolis na década de 1920

The black associativism in Florianópolis in the 1920s

Luana Teixeira*

Resumo: o artigo apresenta e analisa dados sobre três associações negras de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil, nos anos 1920. Trata-se de uma entidade restrita à filiação de homens, o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, outra organizada por mulheres, o Grêmio Recreativo Flor de Maio, e uma terceira dedicada ao esporte, o Clube Náutico Henrique Dias. A formação de entidades pautadas por critérios raciais foi comum em todo Sul e Sudeste do Brasil, na época. Nesta pesquisa, levantam-se elementos para contribuir com o debate sobre as relações raciais na sociedade brasileira, na Primeira República. A partir das investigações sobre o pós-abolição no Brasil, evidencia aspectos do modo de articulação das associações entre si e com outros setores sociais. Propõe demonstrar estratégias que

homens e mulheres envolvidos naquelas organizações construíram para reivindicar direitos, cidadania e combater a discriminação racial no País no início do século XX.

Palavras-chave: Cidadania. Associações negras. Florianópolis.

Abstract: This paper analyzes the associative organization of the afro-descendant population in Florianópolis, Santa Catarina, South Brazil, in the 1920s. The first one was a civic center reserved for men (Centro Cívico e Recreativo José Boiteux), the second was organized by women (Grêmio Recreativo Flor de Maio), and the third was a sports club (Clube Náutico Henrique Dias). Associations led by racial organization were frequent in South and Southeast Brazil at that time. This research seeks to contribute to the debate about

* Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A presente pesquisa foi realizada no âmbito do projeto “Afrodescendentes na Região Sul: Trajetórias Associativas e Familiares”, contemplada pelo “Edital Memórias Brasileiras: Biografias/Capes, 2017-2019”, realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – Código de Financiamento 001 – e desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC). Os resultados do projeto estão reunidos em: <https://afrosul.com.br/>. Sugestões a uma versão preliminar deste artigo foram colocadas pelos colegas do Núcleo de História Social do Trabalho e da Cultura (UFSC) em agosto de 2018. *E-mail:* luateixeira1@yahoo.com.br.

racial relations in Brazilian society in the First Republic (1889-1930). In the field of Post-Abolition studies, it has analyzed how the associations were articulated among themselves and with other social institutions. The study emphasizes the strategies that men and women involved

in the associations had built to demand civil rights, citizenship, and fight against racial prejudice.

Keywords: Citizenship. Black associations. Florianópolis.

O presente artigo analisa a formação e organização de três associações negras existentes em Florianópolis ao longo da década de 1920. Seu objetivo é apresentar os dados levantados em três anos de pesquisa sobre o associativismo em Florianópolis e discutir a mobilização da comunidade negra na cidade a partir dos questionamentos e do referencial teórico proposto pelos estudos sobre o pós-abolição. Esse campo dialoga com uma tradição de pesquisa em história social que, no Brasil, começou a tomar corpo a partir dos anos 1960, influenciado pela obra de E. P Thompson (1998, 2012) e pelos desdobramentos da micro-história italiana (GINZBURG, 1990; LEVI, 2000). Esse enfoque historiográfico teve grande difusão entre pesquisadores da escravidão e dos movimentos trabalhistas na República. Com o desenvolvimento das discussões, muitos historiadores passaram a atentar para o destino dos libertos nas sociedades emancipadas das Américas (COOPER, HOLT; SCOTT, 2005). Surgiram trabalhos que refletiam sobre a experiência da população descendente de ex-escravos e das gerações subsequentes (FRAGA FILHO, 2006; LARA, 1998; MENDONÇA, 2007; RIOS, 1990). Aos poucos, o tema foi emergindo “como um dos problemas históricos cruciais na historiografia brasileira sobre o período” (MATOS, 2004, p. 170).¹

Dentre os assuntos tratados por historiadores da área, destacam-se as formas de associação entre a população negra ao longo do período escravista e após o 13 de Maio.² No que diz respeito às sociedades laicas no pós-abolição, foco deste artigo, trabalhos importantes foram realizados, como as pesquisas de Beatriz Loner (2010), Petrônio Domingues (2004) e Paulina Alberto (2017).³ Uma das questões centrais que esses estudos levantaram diz respeito aos projetos de vida e de cidadania que setores da população negra produziram e levaram a cabo através de ações coletivas. Por outro lado, trazem elementos significativos para pensar a construção do racismo no País e as estratégias para seu enfrentamento. Apontar para a intensa mobilização em torno de uma mútua identificação racial entre a população

egressa da escravidão é um dos principais corolários dessas investigações.⁴ O fim da escravidão e a República foram períodos de intensa reorganização da sociedade brasileira, nos quais a população ex-escrava e livre não branca enfrentou novos desafios diante de uma ascendente segmentação social a partir de critérios raciais. Para isso, eles contavam com a experiência das gerações anteriores, mas também dispunham de novos recursos e de uma ampliação do leque de possibilidades de ações coletivas a serem tomadas. Nesse sentido, formar associações cívicas, recreativas, esportivas e de imprensa, a partir de um recorte racial, mostrou-se uma estratégia para a cidadania, experiência que foi verificada em diversos Estados brasileiros.

É conhecida a mobilização da população negra em cidades grandes como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre em torno de associações laicas na virada do século XIX para o XX (ALBERTO, 2017; DOMINGUES, 2004, 2014; MOREIRA, 2004; PERUSSATTO, 2018). Também são reconhecidos inúmeros casos de cidades médias e pequenas que viram emergir clubes, grêmios e associações com o objetivo de congregar essa parcela da população, proporcionando atividades recreativas, sociabilização e meios para instrução (LONER, 2010; SANTOS, 2003; SILVA, 2017). O Município de Florianópolis contava, no início dos anos 1920, com uma população de cerca de 40 mil pessoas, distribuídas entre ilha e continente (ARAÚJO, 1989, p. 45).⁵ Era uma cidade média no contexto da Nação. Acompanhando o movimento de reformas modernizadoras que atingiu todo o País naquele início de século, ali também ocorreram grandes modificações na paisagem urbana. Um exemplo desse processo foi a inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926, intensificando a integração dos distritos insulares aos continentais. Nesse contexto, parte da população pobre, afrodescendentes em grande medida, foi expulsa da região central da cidade (ARAÚJO, 1989; NECKEL, 2003; RASCKE, 2019). Contudo, o momento de transformações também levou à configuração de iniciativas originais por parte da população negra que vivia na região central da cidade, buscando afirmar sua presença naquele espaço e romper com a relação entre a cor da pele e a condição de pobreza. Nesse contexto, surgiram as associações tratadas neste artigo.

Até pouco tempo atrás, a mobilização da população negra em torno de associações laicas na capital catarinense esteve esquecida nas narrativas

sobre a cidade e na historiografia oficial.⁶ Todavia, nas últimas décadas, esforços têm sido desenvolvidos para analisar a presença e a articulação da população afrodescendente em Santa Catarina.⁷ As pesquisas de Maria das Graças Maria (1997, 2013), Fábio Garcia (2007, 2019), Karla Rascke (2017, 2019) e Petrônio Domingues (2011) investigaram o contexto associativo de Florianópolis na primeira metade do século XX e evidenciaram a importância do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. Este artigo busca avançar nos estudos sobre o tema, identificando outras duas associações formadas nos anos 1920, o Grêmio Recreativo Flor de Maio e o Clube Náutico Henrique Dias.⁸

Nesse sentido, procura-se demonstrar que a população negra de Florianópolis, nos anos 1920, esteve envolvida em ações de socialização que abarcavam os âmbitos cultural, social, esportivo e político. A construção de espaços para se congregar não era apenas uma resposta à exclusão, mas envolvia projetos próprios de cidadania que colocavam os sujeitos frente a frente com o racismo. Formadas em uma conjuntura de expansão e reorganização das cidades, de reconfiguração do papel das mulheres na sociedade e de transformação das práticas físicas e esportivas, as associações dialogavam com as transformações no espaço urbano e evidenciavam o desejo de seus membros de participarem ativamente na construção de um Brasil moderno.

O Centro Cívico José Boiteux (Cruz e Sousa)

Em janeiro de 1920, Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida, André Pinheiro, Agrícola Guimarães e mais algumas dezenas de homens fundaram o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux.⁹ Definida em seu estatuto como “uma associação exclusivamente de homens de cor”, seus principais objetivos eram: levantar, em uma das praças de Florianópolis, uma herma ao poeta João da Cruz e Sousa e proporcionar aos seus associados instrução cívica e literária, bem como atividades recreativas.¹⁰ Os objetivos do centro eram comuns a outras associações afrodescendentes da época. Promover a instrução de seus associados estava diretamente relacionado a uma estratégia de superar a discriminação através de virtudes intelectuais, morais e de caráter, bem como construir espaços de lazer que viabilizassem sociabilidades próprias, pautadas pela identificação

comum ao grupo. Era uma época de efervescência da cultura associativa e de entidades pautadas por critérios étnico-nacionais, como as italianas, polacas e alemãs, funcionavam desde o início do século em Florianópolis (BATALHA, 1997; LEUCHTENBERGER, 2009).¹¹ Por outro lado, o projeto de criar um Centro Cívico e Recreativo com o objetivo de erguer um monumento para homenagear um literato negro parece ter sido uma inovação da associação ilhoa, algo que, como será demonstrado, ocorreu com grande sucesso.¹²

O centro promovia reuniões, palestras, bailes, quermesses, *soirées*, festas literárias e musicais. Contudo, os principais eventos eram as celebrações cívicas (especialmente o 13 de Maio) e as homenagens a figuras políticas. Os eventos eram anunciados e comentados nos principais jornais da cidade, que, por vezes, publicavam os textos proferidos nessas ocasiões. Nessas falas, o combate à discriminação racial era constante, como, por exemplo, no discurso de inauguração da entidade, proferido por Ildefonso Juvenal:

Vendo que não podiam rasgar, com sua brutidão inconsciente e desumana, essa página de ouro do livro sagrado da Lei, eles criaram esse mal estar abominável contra a raça, esse preconceito descabível que se chama: exclusivismo de cor e que ainda hoje infelizmente encontra-se ainda na gente ignorante e despida de nobres sentimentos de caridade e Humanidade.¹³

Os discursos proferidos e a definição do Centro Cívico como uma associação exclusiva dos *homens de cor* demonstram que trazer a questão racial para a esfera pública estava no centro dos interesses do grupo. Agregar pessoas unidas por critérios raciais que buscavam usufruir da modernidade e se inserir ativamente nas dinâmicas das cidades republicanas foi uma das características dessas associações. O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux evidenciava a articulação da população negra em torno de um projeto que previa o combate à discriminação e a aproximação aos poderes políticos. Igualmente, visava à propagação de uma imagem positiva do negro na sociedade e na história. Nos eventos da entidade, Ildefonso Juvenal afirmava: “O negro foi o principal fator da riqueza do Brasil.”¹⁴ Eram tempos em que o racismo cotidiano não dava tréguas àqueles homens e mulheres, que as teorias raciais ainda estavam em voga, e que os projetos eugênicos

aliados às ideologias de embranquecimento eram uma ameaça latente para a população afrodescendente.¹⁵ O Centro Cívico articulou-se em torno da oposição a essas ideias, obstáculos para as expectativas de mobilidade social e reconhecimento intelectual e social de seus sócios – a maioria homens instruídos, empregados nos setores público e privado (TEIXEIRA, 2020).

A reunião da população negra em associações, não necessariamente, implicava posicionar-se publicamente contra o “exclusivismo de cor”, mas a opção do Centro Cívico e Recreativo de Florianópolis foi exatamente essa. Do mesmo modo que o Centro Cívico Palmares, fundado em São Paulo, em 1926, os sócios da associação catarinense recorriam a “políticos para ajudá-los a tentar dessegregar a política estadual” (BUTLER, 2011, p. 146). O contato com os principais figurões da terra era constante. Esses frequentavam os salões do Centro Cívico, e seus associados compareciam aos eventos públicos da cidade. Efetivamente, em virtude das ações da associação, autoridades do primeiro escalão catarinense, como Hercílio Luz (governador), José Boiteux (secretário de Interior e Justiça) e Adolpho Kondler (deputado) pronunciaram-se, publicamente, em relação às questões raciais, condenando a discriminação e defendendo a igualdade entre as raças. Essa estratégia fica evidenciada, por exemplo, no discurso de Adolpho Kondler, realizado nas dependências do Centro Cívico, por ocasião da inauguração de um retrato em sua homenagem. Publicado na íntegra nos jornais locais, ele foi tão bem-quisto entre os sócios do Centro Cívico que decidiram imprimi-lo e distribuí-lo. Nele havia trechos como este: “Qualquer que seja o pigmento que colore a pele, o homem apresenta, na constância de faculdades psíquicas próprias da espécie, idênticas promessas de perfeição.”¹⁶

A boa relação estabelecida com a alta cúpula do Partido Republicano Catarinense ficou evidenciada em novembro de 1920. No final daquele ano, contendas internas acerca da candidatura à reeleição de Hercílio Luz a governador agitavam o partido.¹⁷ Nesse contexto, o Centro Cívico enviou-lhe uma moção de apoio na qual se apresentava como “composto do principal elemento dos homens de cor de Florianópolis”.¹⁸ A moção foi publicada na primeira página do jornal *República*, “órgão do Partido Republicano Catarinense”, sob o título “Importantes Adesões”.¹⁹ Cerca de oitenta homens assinaram o documento; do ponto de vista das autoridades, esses representavam dezenas de potenciais eleitores. Por outro

lado, demonstra que o centro alcançara, ainda em seu primeiro ano de funcionamento, reconhecimento entre a classe política do Estado.

Ações em prol da educação foram um dos principais pontos em comum entre as associações afrodescendentes surgidas no período, bem como de outras formas organizativas das classes trabalhadoras (BATALHA, 1997; LONER, 2010; PEREIRA, 2007; SILVA, 2018). Nesse sentido, assim como outras entidades congêneres, os sócios reuniram esforços para fundar, na sede do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, uma escola noturna de alfabetização, nomeada “Cruz e Sousa”, inaugurada em junho de 1920, com 25 alunos matriculados. Também montaram uma biblioteca.²⁰ No caso das associações negras, a valorização da instrução estava relacionada ao entendimento de que a manutenção da população afrodescendente em posições subalternas após a Abolição era consequência das poucas oportunidades de instrução e mobilidade social (em oposição a um discurso acerca da inabilidade racial). Proporcionar a ela meios para instruir-se, portanto, era um importante instrumento para mudar essa situação.²¹

Evidenciando a heterogeneidade de seus associados, o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux passou por intensas disputas internas. Seus sócios compartilhavam a identidade racial e o acesso à instrução e ao trabalho. Ainda assim, formavam uma base social heterogênea (TEIXEIRA, 2020). Ademais, o Centro Cívico não era o único coletivo no qual eram ativos. Havia uma cultura associativa no período, em todo o Brasil, e muitos deles participavam das diversas entidades trabalhistas, religiosas, culturais, recreativas e carnavalescas da cidade, indicando um leque amplo de posicionamentos em relação a outros aspectos da vida sociopolítica.²² Assim, em 1922, o centro sofreu uma cisão.²³ Por consequência, alguns dos principais articuladores da entidade desassociaram-se, especialmente Ildefonso Juvenal e, em 1923, José Boiteux solicitou a destituição do patronato da associação. Logo depois, ele foi renomeado: Centro Cívico e Recreativo Cruz e Sousa.²⁴

A ruptura no grupo não enfraqueceu os esforços para erguer o busto de Cruz e Sousa. Mesmo afastados, Ildefonso Juvenal, José Boiteux e ex-sócios²⁵ organizaram-se na Comissão Promotora da Herma e seguiram, no centro, o projeto para inauguração do monumento. Três anos após o início da arrecadação de donativos, em 7 de abril de 1923, grande audiência concorreu à Praça Benjamin Constant para conhecer a escultura executada

por Antônio Mattos.²⁶ Na solenidade, Ildefonso Juvenal proferiu um eloquente discurso de combate às teorias raciais e às práticas de discriminação, propagando “que todos são irmãos”.²⁷

O Centro Cívico manteve suas atividades até, pelo menos, 1927.²⁸ Ao longo de oito anos de funcionamento, foi presente na vida social da capital catarinense, articulando-se politicamente, promovendo ações de instrução gratuita à população, propagando uma imagem positiva da população negra e combatendo as ideias de hierarquização entre as raças ainda vigentes. O Centro Cívico era, no entanto, uma entidade com fins bem-definidos, descritos em seu estatuto aprovado ainda em 1920. Essas limitações levaram a que, outros projetos da comunidade negra da cidade não tivessem espaço naquela estrutura. Por consequência, outras associações foram criadas, envolvendo o mesmo grupo de famílias, cada uma delas com objetivos próprios, buscando atender aos anseios e demandas daquela população.

O Grêmio Recreativo Flor de Maio

A orientação para a participação cívica e política fez com que o Centro José Boiteux restringisse a associação apenas a homens identificados como *de cor* e maiores de 18 anos. Eram critérios raciais, de gênero e etários. A estrutura patriarcal da sociedade refletia-se na entidade, criada em uma década em que os direitos políticos eram vetados às mulheres. Mesmo a professora, escritora e futura deputada estadual Antonieta de Barros – que esteve junto com sócios do centro no projeto do Centro Catarinense de Letras, fundado em 1925 – aparentemente não tinha espaço ali.²⁹ No entanto, as fontes indicam que a presença das famílias e *senhorinhas* era a regra nos eventos do Centro Cívico. Apesar da restrição formal, as atividades eram abertas a ambos os gêneros e a todas as *cores*.³⁰

A falta de espaço para a proposição de atividades com diferentes fins e capitaneada por outras lideranças parece ter sido um dos principais motivos para a criação do Grêmio Recreativo Flor de Maio, fundado em julho de 1922. Em ofício enviado ao governador do Estado, a associação informou às autoridades o início de suas atividades e a composição de sua diretoria. Essa era formada, exclusivamente, por mulheres que se autoidentificavam

como “um grupo de moças, filhas de operários [...] cujo fim é promover reuniões dançantes às suas associadas e respectivas famílias”.³¹ Entre elas, encontravam-se Maria José da Rosa e Joaquina Ribeiro (presidente e primeira-secretária). Eram filha e esposa de sócios do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. Antes de criar o Flor de Maio, ambas estiveram envolvidas nas atividades do centro, tendo especial destaque na organização de quermesse que arrecadou recursos para a compra de seu estandarte em 1921.³²

O Flor de Maio funcionou em diversas sedes, evidenciando dificuldades para se manter aberto. Chegou a funcionar nas instalações do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux (na Praça XVII de Novembro) e na casa de um de seus presidentes, Leonel Martins dos Santos.³³ Em 1927, abrigava-se nesse endereço quando sofreu críticas que permitiram uma rara aproximação a suas atividades e ao modo como seus integrantes o percebiam. O jornal *Folha Nova* publicou queixas contra reuniões realizadas pela associação, qualificando-as como *assuadas*. O grêmio mantinha sua diretoria exclusivamente feminina, mas havia formado uma “comissão auxiliadora” de homens, dentre eles, o próprio Martins.³⁴ Foi ele quem escreveu a resposta, publicada a pedido no jornal *O Estado*. Segundo Martins, o grêmio era “composto de senhoritas e rapazes *de cor*, porém, todos pertencentes a famílias honestas, e as quais, por conseguinte, não agradaria a maneira de realizar reuniões como as que a *Folha Nova* fantasiou”.³⁵ O tom da resposta indica que o preconceito racial era intrínseco à queixa contra as reuniões e caracteriza o grêmio como uma associação negra.

Os indícios permitem identificar o Flor de Maio como uma entidade recreativa formada por jovens afro-brasileiros ligados às classes trabalhadoras. As atividades do grêmio eram recreativas, como o Terno de Reis, a realização de bailes, piqueniques, *soirées* e chás dançantes.³⁶ A simples reunião da população não branca era assistida com suspeita por outros setores sociais. Ainda que o objetivo fosse recreativo e seguisse padrões de comportamento burgueses e modernos, essas associações construíram espaços políticos, projetando visibilidade e reivindicando cidadania. Como afirma Silva,

a criação de clubes, em uma região de maioria branca, enuncia sobre o entendimento desses como espaços de lutas políticas que informam sobre cidadania, tendo por base, por um lado, uma ideia

de raça e, por outro, valores sociais compartilhados que condicionaram a formação de uma identidade negra positiva. (2017, p. 21).

Infelizmente, além desses dados e de algumas notas pontuais sobre os eventos promovidos pelo grêmio, não foi possível levantar outras informações. Mas se pode especular que as implicações dessa atuação feminina tenha sido importante na definição da trajetória individual de Antonieta de Barros, professora, que, no primeiro pleito nacional aberto ao voto e à candidatura de mulheres, foi eleita deputada estadual em 1934 (ESPÍN-DOLA, 2015; NUNES, 2001). Ela foi a primeira mulher negra eleita para uma câmara estadual no Brasil. O fato de isso ter acontecido em Santa Catarina pode ser surpreendente quando não se conhece sobre o associativismo negro em sua capital e em todo o Estado, nas décadas anteriores à sua eleição.³⁷ Muitos eleitores e eleitoras, principalmente de Florianópolis, sentiram-se representados pela professora negra. É bastante provável que o coletivo de mulheres que se formou desde o início dos anos 1920, reunido no Flor de Maio, tenha exercido importante influência sobre o sucesso de sua candidatura. Como demonstram Patrícia Collins (2012) e Ângela Davis (2016), a mobilização das mulheres negras em torno de objetivos específicos (diferentes tanto das mulheres brancas como dos homens negros) deve ser abordada a partir de questionamentos que rompam com as visões de subalternidade com que, comumente, são percebidas por serem, mutuamente, mulheres e negras. Os dados encontrados até o momento impossibilitam-nos de avançar na análise sobre o Grêmio Flor de Maio. No entanto, a vitória eleitoral de Barros, no início dos anos 30, aponta para uma mobilização dinâmica entre as mulheres negras catarinenses na qual essa associação teria sido envolvida.

O Clube Náutico Henrique Dias

As informações sobre o Clube Náutico Henrique Dias, fundado em 1921, são ainda mais raras que aquelas relativas ao Grêmio Recreativo Flor de Maio. Mas o interesse por parte da população negra em participar das competições de remo em uma embarcação própria é documentado desde 1914. No mesmo ano em que Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida e

Astrogildo Campos (todos fundadores do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux) organizaram uma grande comemoração aos 26 anos da Abolição da Escravidão, Ildefonso capitaneou uma embarcação para competir na Festa Náutica: a *Treze de Maio*. Cerca de três mil pessoas estiveram na Baía Sul, para assistir às regatas. A programação contava com sete páreos. No quinto, a *Treze de Maio* enfrentou a *Eduardo Horn*.³⁸ A escolha do nome do barco evidencia a intenção de autoafirmação da condição racial da tripulação e o interesse em participar, ativamente, da mais sofisticada atividade esportiva na cidade. A forma racializada de percebê-los foi compartilhada com os observadores, pois a regata foi noticiada como uma disputa de “Branco contra Pretos”.³⁹ A vitória da *Treze de Maio* foi muito comemorada pela população que assistiu às provas.

Entre 1917 e 1920, não foi possível coligir nenhuma informação relacionada às atividades de Ildefonso Juvenal, de tripulação negra ou da *Treze de Maio* nas competições da ilha. No entanto, no ano seguinte, foi fundado o Clube Náutico Henrique Dias, que homenageava o herói negro da Guerra contra os Neerlandeses, tomado como exemplo de que “a raça negra tem destacado para todas as camadas sociais, homens dignos, que têm sabido enobrecer a História Pátria”.⁴⁰ O Clube Náutico foi criado como entidade filiada ao Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. Comparando a diretoria de um com o quadro de associados do outro, constata-se que se tratava das mesmas pessoas. Ildefonso Juvenal, Leonel Martins, José Gregório da Rosa, pai de Maria José da Rosa, e Oswaldo Rodrigues de Almeida, futuro marido de Joaquina Ribeiro, por exemplo, compunham a direção do Henrique Dias.⁴¹

Infelizmente a única informação encontrada sobre o clube diz respeito à sua fundação. É possível que tenha participado de alguns *matches* naquele ano, mas, ao se tomar como parâmetro as notícias sobre as atividades de remo na cidade (costumeiramente bastante detalhadas) ele não se filiou à Confederação Catarinense de Desporto, requisito para participar das competições oficiais. Possivelmente a entidade não prosperou.

No entanto, são nos eventos esportivos realizados em fins do ano de 1921, que se encontram indicativos sobre as motivações para a criação do Henrique Dias. Dois meses antes de sua fundação, esteve em Florianópolis uma comissão formada pela diretoria do Clube de Regatas Cruz e Sousa, de Itajaí, cidade costeira no norte do Estado. O objetivo da comissão era tratar

de sua filiação à Confederação Catarinense de Desporto, qualificando-o para participar das regatas oficiais de 15 de Novembro.⁴² Conforme afirma Silva (2001), o Cruz e Sousa era um clube popular, formado por trabalhadores portuários daquela cidade. Também era reconhecido como uma associação negra, o que evidencia um palpite publicado nas semanas que antecederam às regatas em Florianópolis: “O Cruz e Sousa provará mais uma vez que os descendentes da raça negra têm grande propensão para o desporto.”⁴³ A condição racial e de classe explica a calorosa recepção que a comissão do Cruz e Sousa teve por parte dos sócios do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux na cidade.⁴⁴ As associações negras de Itajaí e Florianópolis articularam-se e deram encaminhamento, em conjunto, à demanda específica daquele momento: permitir que a embarcação do Clube de Regatas Cruz e Sousa competisse nas regatas oficiais.

Trajano Margarida e André Pinheiro, membros da diretoria do Centro Cívico, foram os representantes do clube itajaíense perante a confederação e conseguiram realizar sua filiação em 9 de outubro.⁴⁵ A presença do clube nas competições oficiais, até então concorridas apenas por entidades brancas, gerou tensões. A começar pela ausência do Marcílio Dias, clube das classes altas de Itajaí, alegando discordância com o programa oficial.⁴⁶ É provável que a recusa do Marcílio tivesse relação com a presença do Cruz e Sousa em um meio marcadamente branco e elitista.⁴⁷

Não enunciadas abertamente, essas relações estão expressas nas entrelinhas, como, por exemplo, na construção das categorias das competições. Existiam os *amadores*, os *não amadores* e os *profissionais*. Os *amadores* – categoria principal e única que concorria nas provas clássicas – eram divididos em quatro classes (estreantes, juniores, seniores e veteranos). A formação de cada classe passou a ser regulamentada naqueles anos e era pautada por critérios profissionais. Desse modo, entre os *amadores*, incluíam-se: empregados das casas de comércio “com exceção dos serventes, garçons, taifeiros e cozinheiros, carregadores abridores de caixões e outros de categorias correspondentes a estes”.⁴⁸ Os *profissionais* eram aqueles que viviam do mar (marinheiros, pescadores, barqueiros...) e professores de remo. Os *não amadores* eram “operários e artistas de qualquer categoria que não estão taxativamente inclusos [entre amadores e profissionais]”. Ou seja, os estratos mais baixos da sociedade e os trabalhadores braçais. A

forma de organização das categorias explicita limites de classe. Ainda que abrisse espaço para diferentes setores, estratificava-os internamente e excluía os trabalhadores braçais das classes de maior prestígio nas competições.

Evidentemente essas questões recaíram sobre o Clube de Regatas Cruz e Sousa. Após a filiação, iniciou-se um longo debate sobre a categoria em que competiria. Inicialmente colocados como *profissionais*, sua diretoria esforçou-se para que fossem considerados *amadores* estreantes. Às vésperas das regatas, a decisão foi favorável à demanda do clube. Extasiado com a vitória na contenda, Trajano Margarida utilizou seus reconhecidos dotes poéticos para escrever seu palpite nos jornais:

MEU PALPITE. P'ra mim, dos Clubes todos que disputam/Do páreo Estreantes qualquer cousa, / O único que vence, por ser forte, / É o simples e pobre "Cruze Sousa", / Assim é meu pensar e também creio, / Que mal algum exista em quem tal ousa. / Pois eu hei de torcer até que ganhe, / O simples e modesto "Cruze Sousa".⁴⁹

No dia das regatas, o Cruz e Sousa foi colocado no primeiro páreo, no qual competia pela taça nomeada (não arbitrariamente) de "Para Todos".⁵⁰ As regatas tiveram grande assistência: a região entre o Rita Maria e a Praça XV estava repleta de público, impedindo o trânsito. A tripulação do Cruz e Sousa estava embarcada no *Guaracy* e tinha como concorrentes, na prova de 1.000 metros, os três clubes da capital. Na largada, o *Guaracy* e o *Zizi*, do Aldo Luz, deixaram os outros para trás e disputaram, remada a remada, até o fim. A vitória ficou com o *Guaracy*, que foi muito ovacionado pelo público. Segundo o jornal *República*: "O entusiasmo da grande multidão recrudesca em delirantes aclamações."⁵¹ A mesma embarcação tornou a competir no terceiro páreo, com tripulação de juniores; ficou em terceiro.⁵²

Seria um dia de glória se a vitória do Clube de Regatas Cruz e Sousa não tivesse sido contestada pelos seus adversários do Aldo Luz, sob a alegação de terem dificultado a progressão do adversário.⁵³ Um tipo de argumento comum em esportes náuticos, mas, no contexto em questão, continha outras motivações. Devido à contestação, a tripulação não recebeu a taça na cerimônia de premiação ocorrida logo após o fim dos páreos naquela manhã festiva de novembro. A restrição aos homens e mulheres negros

de Itajaí de serem protagonistas na festa de premiação esteve, com toda probabilidade, entre os objetivos da alegação. A tripulação retornou à Itajaí vitoriosa, mas sem direito à celebração e à taça.

A contestação demandava uma resolução, e Trajano Margarida, como representante do clube, empenhou-se em confirmar a vitória do Cruz e Sousa. Passados alguns dias e após reuniões da confederação, ficou decidido que os argumentos do Aldo Luz não procediam.⁵⁴ No dia 21 de novembro, o *Guaracy* foi declarado vencedor. As notícias da celebração evidenciam o clima que se instaurou entre a população negra de Florianópolis. Embora a tripulação já houvesse partido, a diretoria ainda estava na ilha, mas foram os homens do Centro Cívico, Trajano Margarida e André Pinheiro, que se dirigiram à Confederação Catarinense de Desporto para receber a taça. Com ela em mãos, conduziram-na de automóvel até a residência de Margarida, onde ficou exposta da noite de sábado até o fim do domingo. Diversas pessoas foram visitá-la. Uma “comissão composta de moços de cor desta Capital ofereceram ao Sr. Trajano Margarida e à Diretoria do Cruz e Sousa” variada mesa de doces.⁵⁵ A festa encerrou-se apenas quando as componentes da diretoria embarcaram, às 22 horas do dia 22 de novembro de 1921, para Itajaí.

Alguns dias depois, em 25 de novembro, foi anunciada a fundação do Clube Náutico Henrique Dias por sócios do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. É evidente a relação entre os acontecimentos; o sucesso do Cruz e Sousa de Itajaí nas regatas daquele ano influenciou na formação de um clube negro de remo em Florianópolis. Mas a temporada tinha acabado e, em abril de 1922, quando as competições foram reiniciadas, o Henrique Dias não se encontrava entre aqueles filiados à confederação.⁵⁶ A ausência de dados sobre a entidade em fontes dos anos subsequentes indicam que as atividades do clube tiveram vida curta. Possivelmente a cisão do Centro Cívico, no início de 1922, tenha afetado a manutenção do Clube Náutico.

Ainda que breve, a existência de um clube de remo filiado a uma associação nomeadamente *de cor* na década de 1920 foi um evento significativo na história do associativismo negro no Brasil.⁵⁷ Demonstra, por um lado, o empenho do coletivo de homens e mulheres negros da Florianópolis daqueles anos em ocupar os espaços que a modernidade urbana reservava aos cidadãos e, por outro, a forma racializada com que eles foram preenchidos. Uma luta que se dava em batalhas cotidianas por afirmação como

indivíduos com direitos e grupos organizados, rotineiramente constringidos, a provar suas qualidades e seus valores de antemão.

Outras conexões

A existência do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e do Clube Náutico Henrique Dias limitou-se aos anos 1920, no entanto, o Grêmio Flor de Maio perseverou. Maria (1997, p. 162) e Rascke (2018, p. 59) identificaram uma associação homônima, integrada por mulheres negras, que teria sido fundada em 1934 e foi atuante, no mínimo, até os anos 1940. Provavelmente trata-se da mesma entidade. Ambas as autoras destacam a estreita relação entre o Flor de Maio e a União Recreativa 25 de Dezembro, criada em 1933. “O 25”, como era carinhosamente nomeado pelos sócios, foi o mais célebre clube negro da cidade e ficou bastante conhecido na bibliografia acadêmica por ter sido analisado por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni em 1960. Os informantes dos sociólogos sobre a associação foram Ildefonso Juvenal e João Crisóstemo da Silveira, antigos sócios do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. A relação da entidade fundada nos anos 1920 com aquela dos anos 1930 não era fortuita. João Crisóstemo esteve entre os fundadores do “25” e participou das primeiras diretorias. O primeiro presidente da União, eleito em 1933, foi Epaminondas de Carvalho, ex-sócio do Centro Cívico.⁵⁸ Percebe-se, portanto, que a mobilização da população negra, na capital de Santa Catarina, não cessou passados os anos 1920. Os esforços daquela década propagaram-se para além da existência de associações fundadas no período.

Tendo chegado ao fim das apreciações sobre cada uma das associações, fica evidente o grande desequilíbrio entre os dados existentes sobre elas. Longas horas foram passadas em arquivos e bancos de dados digitais buscando encontrar mais informações acerca do Grêmio Recreativo Flor de Maio e do Clube Náutico Henrique Dias, no entanto, pouco pôde ser coligido. No caso do Clube Náutico Henrique Dias, a subdocumentação possivelmente está relacionada à sua breve existência. Já para o Grêmio Recreativo Flor de Maio, a ausência de documentos talvez se deva às suas dinâmicas próprias e, principalmente, às dificuldades para preservação de acervos ao longo do século XX. Tendo em vista outras pesquisas sobre

associações negras do período, é importante ter-se em vista que a exceção, nesse caso, é o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. A quantidade relevante de informações sobre essa entidade é fruto, especialmente, dos informes sobre suas atividades nos jornais e a repercussão de suas ações públicas, como a inauguração de retratos e da herma para Cruz e Sousa. Seu objetivo era estabelecer uma posição de destaque como associação cívica no contexto da Florianópolis dos anos 1920 e sua visibilidade e documentação faziam parte dessa estratégia. A existência de fontes atesta, portanto, seu sucesso nessas ações, principalmente nos primeiros anos da década de 1920.

A carência de documentos (obstáculo constante quando a historiadora busca compreender as dinâmicas de vida de sujeitos e coletividades oriundos de grupos subalternos), no entanto, não impede de apontar para a intensa dinâmica de sociabilização criada entre a população negra na Florianópolis dos anos 1920; uma movimentação pautada pela reivindicação de direitos e cidadania e pela ocupação de espaços esportivos e de lazer que estavam sendo reformulados naquele momento de modernização da cidade.

O caso de Florianópolis, quando colocado à luz das análises mais recentes sobre o associativismo negro em diversas partes do Brasil, contribui para a compreensão de um processo amplo que acompanhou as primeiras décadas do século XX. A identificação e a análise de aspectos da mobilização em torno do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, do Grêmio Recreativo Flor de Maio e do Clube Náutico Henrique Dias permitem perceber a existência de um grupo organizado de pessoas que se autoidentificavam em termos raciais como negras e que buscaram, através da criação de múltiplos espaços associativos, ser protagonistas na vida social da capital do Estado. Fazia parte de sua estratégia o combate à discriminação racial através de discurso público, mas ela também estava direcionada a ações concretas, como a promoção da instrução, da saúde física, da participação cívica e política e a interação com a cidade através de atividades recreativas. Era uma população que se organizava para participar, ativamente, da vida urbana e se beneficiar das novidades que a modernidade trazia no cotidiano e nas relações sociais. Ao mesmo tempo, precisava enfrentar os desafios colocados pela sociedade brasileira no pós-abolição. A estratégia de associar-se fez parte dessa história, evidenciando uma articulação coordenada de ação em prol da cidadania e contra preconceitos raciais.

Referências

- ALBERTO, Paulina L. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XIX*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2017.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – PUCSP, São Paulo, 1989.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 185-228.
- BARTHOLOMAY FILHO, Fernando. *A memória da abolição em Santa Catarina: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2014.
- BATALHA, Claudio. A vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos no movimento operário. *Anos 90*, n. 8, 1997.
- BRANCO, Mirian Adriana. *Corpos nefastos – cidadania incerta em Lages, o Centro Cívico Cruz e Souza e a invenção da nação*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2002.
- BORGES, Elisa. *O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e sua atuação em Florianópolis na década de 1920*. 2019. Monografia (TCC - Bacharelado em História) – UFSC, Florianópolis, 2019.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCHE, Karla Leandro. Cidadania e expectativas no Bairro da Figueira: o surgimento do Figueirense *Foot-Ball* Club (Florianópolis-SC, 1921-1951). *Vozes, Pretérito & Devir – Revista de História da Uespi*, v. 5, n. 1, p. 99-121, 2016.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, n. 41, 2017.
- CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007. p. 219-239.
- COLLINS, Patrícia Hills. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLAÇO, Vera Regina. *O Teatro da União Operária: um palco em sintonia*

- com a modernização brasileira. 2004. Tese (Doutorado em História) – UFSC, Florianópolis, 2004.
- COOPER, Frederick, HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COSTA, Stephane Ramos. Da cor e das associações negras: educação, lazer e identidade (1949 e 1970). In: ENCONTRO INTERNACIONAL e ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 18., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFF, 2018.
- DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negros, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.
- DOMINGUES, Petrônio. Um desejo infinito de vencer: o protagonismo negro no pós-abolição. *Topoi* – Revista de História, v. 12, n. 23, p. 118-139, 2011.
- DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, p. 251-281, 2014.
- DOMINGUES, Petrônio. A aurora de um grande feito: a herma a Luiz Gama. *Anos 90*, v. 23, n. 43, 2016.
- ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. *Antonietta de Barros: educação, cidadania, gênero e mobilidade social na primeira metade do século XX*. 2015. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2015.
- FABRIS, Pamela; HOSCHINO, Thiago. Sociedade operária beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no pós-abolição. In: MENDONÇA, Joseli; SOUZA, Uewerton (org.). *Paraná insurgente: história e lutas sociais*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. p. 51-64.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2006.
- FREITAS, Patrícia. *Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Ed. Global, 2012.
- GARCIA, Fábio. *Negras pretensões: a presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX*. Florianópolis: Ed. Umbutu, 2007.
- GARCIA, Fábio. *Ildefonso Juvenal da Silva: um memorialista negro no Sul do Brasil*. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2019.

- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LARA, Sílvia. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, v. 16, p. 25-38, 1998.
- LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.
- LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Olábaro protetor da classe operária: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores de Florianópolis. 1886-1932*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas-SP, 2009.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LONER, Beatriz. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio; CARNEIRO, Luis Carlos da Cunha. *Negro*, cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EdiPucrs, 2010. p. 246-261.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. Coronelismo sem enxada e sem voto: aspectos do coronelismo no planalto catarinense. *Trajetos* (UFC), Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 67-76, 2004.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- MARCON Frank. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.
- MARIA, Maria das Graças. *Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 1997.
- MARIA, Maria das Graças. Clubes e associações de afrodescendentes na Florianópolis das décadas de 1930 e 1940. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 263-278.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi* – Revista de História, v. 5, n. 8, jun. 2004.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: tribuno da República*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- MENDONÇA, Joseli; MAMIGONIAN, Beatriz; TEIXEIRA, Luana (org.). *Pós-abolição no Sul do Brasil:*

associativismo e trajetórias negras.

Salvador: Saggá, 2020.

MOREIRA, Paulo Staudt. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, n. 1, p. 85-127, 2014.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina*: modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

NUNES, Karla Leonora Dahse. *Antonietta de Barros*: uma história. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2001.

PEDRO, Joana Maria. *Negro em terra de branco*: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e afrodescendência*: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). 2007. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade*: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (c.1892 - c. 1911). 2018. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RASCKE, Karla Leandro. Escritos de

Trajano Margarida: intelectualidade negra no pós-abolição em Santa Catarina (Brasil). In: *Estudios Afrolatinoamericanos* 3: Actas de las Quintas Jornadas de GEALA, v. 1, Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorin, 2017. p. 250-260.

RASCKE, Karla Leandro. *Samba, caneta e pandeiro*: cultura e cidadania no Sul do Brasil. Curitiba: CRV, 2019.

REIS, João José. Identidade e diversidades étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-22, 1997.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e transição*: famílias negras em Paraíba do Sul, 1870-1920. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

ROSA, Julio Cesar da. Negros em Laguna: invisibilidade das populações afrodescendentes em Laguna na primeira metade do século XX. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 34, n. 1, p. 266-287, 2016.

SANTOS, José Antônio. *Raiou a alvorada*: intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957). Pelotas: EdUFPel, 2003.

SARTORI, Carina. *Na alvorada de um sport*: o remo na ilha de Santa Catarina. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2013.

- SAYÃO, Thiago. As heranças do rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 69, p. 131-154, 2015.
- SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão*, Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007. p. 315-346.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2017.
- SILVA, José Bento Rosa da. *Do porão ao convés: estivadores de Itajaí (SC): entre a memória e a história*. 2001. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2001.
- SILVA, Noemi Santos. *Entre letras e lutas: educação e associativismo no Paraná da abolição e do pós-abolição*. In: MENDONÇA, Joseli; MAMIGONIAN, Beatriz; TEIXEIRA, Luana (org.). *Pós-abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*. Salvador: Sagga, 2020. p. 206-226.
- SILVEIRA, Carlos Eduardo. *Orgulho-me de ser homem de cor: Ildefonso Juvenal da Silva e a luta pelo reconhecimento (início do século XX)*. 2015. Monografia (TCC – Graduação em História) – Udesc, Florianópolis, 2015.
- TEIXEIRA, Luana. A herma e a imagem: Cruz e Sousa e os homens de letras na Florianópolis nos anos 1920. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 9., 2019, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis, 2019.
- TEIXEIRA, Luana. Os homens do centro: política, classe e raça na Florianópolis dos anos 1920. In: MENDONÇA, Joseli; MAMIGONIAN, Beatriz; TEIXEIRA, Luana (org.). *Pós-abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*. Salvador: Sagga, 2020. p. 75-93.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. O povo brasileiro e sua evolução. In: BRASIL. Diretoria-Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*, realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1922.
- WADE, Peter. *Raza y etnicidad en Latinoamérica*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2000.

Notas

1. Apesar da renovação dos últimos anos, é importante colocar que muitas das indagações propostas pelos pesquisadores da área não são novas nas ciências humanas brasileiras. O interesse sobre projetos e conflitos que envolveram a população ex-escrava e seus descendentes, na sociedade republicana, converge para debates que, desde o início do século XX, vêm sendo realizados no âmbito dos estudos das Relações Raciais. Partindo dos estudos de etnólogos como Nina Rodrigues (2011 [1894]), passando por Gilberto Freyre (2012 [1933]), até as duras críticas formuladas pela Escola Paulista de Sociologia (FERNANDES, 1978; CARDOSO; IANNI, 1960), a reflexão sobre as relações raciais consolidou-se como um dos mais profícuos e originais campos de pesquisa em ciências humanas no Brasil. Recentemente, estudos em sociologia e antropologia social vêm se dedicando ao tema e influenciado nas abordagens no âmbito dos estudos de pós-abolição. A perspectiva de Fredrik Barth (2011) sobre as fronteiras étnicas tem trazido importantes contribuições ao debate. No campo da sociologia, Antônio Guimarães (2009) vem sendo bastante referenciado quanto ao entendimento sobre os processos de racialização no País.

2. Sobre trabalhos com essa temática durante a escravidão, ver: Chalhoub

(2007); Magalhães (2010); Rei, (1997).

3. A reunião de pesquisas recentes sobre o tema no Sul do Brasil pode ser encontrado em: Mendonça; Mamigonian; Teixeira (2020).

4. O conceito de identidade traz algumas confusões, especialmente no que diz respeito à essencialização que, muitas vezes, o senso comum e alguns autores buscam envolvê-lo. Sigo a abordagem de Fredrik Barth (2011) no que diz respeito ao fato de que as relações étnicas são definidas nas fronteiras, bem como a compreensão de Peter Wade (2000), segundo o qual, as identidades raciais e étnicas são “contextuales, situacionales y multívocas”. Nesse sentido, é que afirmo que, no período em questão, há uma mobilização em torno da elaboração de uma identidade negra, visto que ela não é inata, mas construída socialmente a partir do processo sócio-histórico que marcou as realidades latino-americanas. Dentre outros fatores que influenciaram nas relações entre esses indivíduos e o Estado, no processo de construção dessa identidade, no início do século XX, no Brasil, destacam-se: a adoção de teorias raciais como orientadoras de medidas sociopolíticas, as teorias do embranquecimento e a discriminação pautada por critérios raciais. Cabe pontuar que o termo *negro*, como autodenominador positivo de identidade, já era corrente no período

analisado e é usado analiticamente com esse sentido. Afrodescendente, quando utilizado, refere-se a um grupo de origem, que não, necessariamente, compartilhava uma identidade em comum.

5. A cidade mais populosa do País era o Rio de Janeiro com cerca de 1.150.000 habitantes, seguida de São Paulo com cerca de 580 mil. Porto Alegre possuía cerca de 180 mil habitantes. (IBGE. Censo Demográfico de 1920). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2019.

6. A crítica à historiografia catarinense pode ser lida em: Freitas (1997), Leite (1996); Machado (2004) e Pedro (1988).

7. A reunião de alguns trabalhos recentes pode ser encontrada em Mamigonian e Vidal (2012).

8. No âmbito dos cursos de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Estadual de Santa Catarina, algumas monografias foram realizadas, como: Silveira (2015) e Borges (2019). Também contribuíram trabalhos sobre outras associações, como: Collaço (2004) e Leuchtenberger (2009). A existência do Clube Náutico Henrique Dias foi mencionada por Fábio Garcia (2019, p. 12), ao elencar as atividades associativas de Ildelfonso Juvenal. Sobre as atividades do Grêmio Flor de Maio, nos anos 1920, não foram encontradas referências na bibliografia.

9. A opção em nomear aquela associação

homenageando uma notória figura pública era corrente naqueles tempos. José Boiteux era um intelectual branco de origem franco-suíça, membro da administração estatal e responsável pela implementação da primeira instituição de ensino superior no Estado.

10. Estatutos do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. In: *República*, Florianópolis, ano XVI, n. 717, quinta-feira, 3 mar. 1921, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – (HDBN). Cabe notar que, antes de Florianópolis, Cruz e Sousa já havia sido homenageado em outras associações afrodescendentes no Estado, como o Club Literário Cruz e Sousa de Laguna, fundado em 1906 (SAYÃO, 2015) e o Centro Cívico Cruz e Sousa de Lages de 1918 (BRANCO, 2002). Sobre o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e a fundação da herma ver: Garcia (2007); Rascke (2019) e Teixeira (2019, 2020).

11. Além da *Società di Mutuo Soccorso Fratellanza Italiana*, fundada em 1891, e a Sociedade Polaca Democrata, de 1901, citadas por Rafaela Leuchtenberger (2009), há referências sobre a Sociedade Germânia, de 1914. Ofícios Chefatura de Polícia para a Secretaria de Estado dos Negócios. Estante 63, v. 9. 1914-1915. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc).

12. A ideia da herma vinha sendo pensada desde que esse grupo de homens reuniu-se para organizar ações de valorização da população negra, em meados dos anos

1910 (TEIXEIRA, 2019). João da Cruz e Sousa nasceu em Desterro (antiga Florianópolis), em 1861 e faleceu em 1898. Ficou conhecido como o “Poeta Negro” e se tornou o principal expoente do simbolismo brasileiro, enfrentando restrições raciais em vida. Outros projetos de erguer monumentos em homenagem à população afrodescendente ocorreram na Primeira República, como no caso da estátua da Mãe Preta, em 1926 (ALBERTO, 2017; SIEGEL, 2007) e de Luiz Gama em 1929 (DOMINGUES, 2016), no entanto, não estavam vinculados a objetivos estatutários de associações negras.

13. Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. Discurso de inauguração *in*: *República*, Florianópolis, ano XV, n. 417, 26 fev. 1920. p. 1-2. ed. 417. HDNB. Os discursos de Ildelfonso Juvenal que versam sobre a questão racial foram reunidos e publicados por Fábio Garcia (2019). Nesses textos, é possível perceber que Juvenal alternava no uso dos termos de identificação racial, sendo os principais: *de cor, negro, preto, irmãos de raça, mestiço e branco*. A ortografia foi atualizada em todas as citações.

14. *O Dia*, Florianópolis, ano XVIII, n. 8.885 (9.012), 14 maio 1918. HDBN.

15. Um exemplo de pensamento racista orientando políticas de Estado está em: Vianna (1922).

16. *República*, Florianópolis, ano XVI, n.

747, sexta-feira, 8 abr. 1921, p. 2.

17. Hercílio Luz havia sido eleito vice-governador em 1918 (o governador, Lauro Muller, renunciou), o que o habilitava à reeleição em 1922, visto que a interdição ao pleito destinava-se apenas a quem tivesse sido eleito para o cargo. Mas a indicação teve forte oposição dentro do Partido Republicano Catarinense, intensificando uma polarização interna de forças que perdurou por toda aquela década.

18. É importante notar que não se tratava de uma documentação relativa ao início das atividades da associação (procedimento exigido naquele período), mas um documento político de apoio ao então governante do Estado. Importantes adesões. Índice cronológico de correspondência de diversos para o governo do Estado e Secretaria-Geral dos Negócios, 1920, v. 5, p. 14-18. Apesc.

19. *República*, Florianópolis, ano XVI, n. 634, quarta-feira, 24 nov. 1920, p. 1. HDBN.

20. *República*, Florianópolis, ano XV, n. 478, 13 maio 1920, p. 2. *O Estado*, Florianópolis, ano IX, n. 3.065, segunda-feira, 8 set. 1924, p. 3; ano XII, n. 3.815, sábado, 19 fev. 1927, p. 1. HDBN. Ver também: Garcia (1997) e Rascke (2019).

21. Sobre as articulações em prol do ensino por parte da população negra na virada do século XIX para o XX, ver: Perussato (2018); Silva (2020).

22. Sobre cultura associativa, ver: Batalha

- (1997). Sobre associações operárias lideradas ou com forte presença da população negra, ver: Castellucci (2017); Fabris (2018). Sobre o envolvimento dos sócios do centro em outras entidades: Borges (2019); Rascke (2019); Teixeira (2020).
23. *O Estado*, Florianópolis, ano VII, n. 2.321, sexta-feira, 17 mar. 1922, p. 5. HDBN. Mais informações sobre a cisão ver: Borges (2019).
24. *O Estado*, Florianópolis, ano VIII, n. 2.590, quinta-feira, 8 fev. 1923, p. 3. HDBN.
25. Nomeadamente Agostinho Germano, Othelo Baptista, Jeronymo Emiliano de Lima e Jose Gregório da Rosa.
26. Era recorrente, naquela época, a referência a Cruz e Sousa como o “Poeta Negro”, acompanhando o uso do termo que iria consolidar-se ao longo da década. Ver, por exemplo, a edição que noticiou a inauguração da herma: *República*, Florianópolis, ano XVIII, n. 1.317, domingo, 8 abr. 1923, p. 1, HDBN.
27. *República*, Florianópolis, ano XVIII, n. 1.317, domingo, 8 abr. 1923, p. 1. HDBN.
28. A última referência encontrada sobre seu funcionamento diz respeito à comemoração do 13 de Maio daquele ano, cerimônia que contou com um representante do governador, autoridades, discursos, banda e foi seguido de um baile que durou “até altas horas”. *República*, Florianópolis, ano I, n. 186, domingo, 15 maio 1927, p. 4. HDBN.
29. Sobre Antonieta de Barros, ver: Espíndola (2015); Nunes (2001).
30. *República*, Florianópolis, ano XV, n. 464, 8 maio 1920. HDBN.
31. *Grêmio Recreativo Flor de Maio*. Índice cronológico de correspondência de diversos para o governo do estado e Secretaria-Geral dos Negócios, v. 2, p. 215. Data: 20 jul. 1922. Apesc. A diretoria foi assim composta: Maria José da Rosa (presidente), Doralina Olga Pereira (vice-presidente), Joaquina Ribeiro (primeira-secretária), Maria das Dores Oliveira (segunda-secretária), Trindade Oliveira (tesoureira), Alaydes P. Cardoso (tesoureira) e Maria Henriqueta da Silva (procuradora).
32. *República*, Florianópolis, ano XVII, n. 919, domingo, 20 nov. 1921, p. 2. HDBN.
33. Também funcionou na Rua Conselheiro Mafra, n.17, Rua Esteves Júnior, n. 36 e Rua Nunes Machado, possivelmente, a residência de Leonel Martins dos Santos. *Grêmio Recreativo Flor de Maio. op. cit.*, 1922; *O Estado*, Florianópolis, ano VIII, n. 2.506, quinta-feira, 28 out. 1922, p. 5. HDBN. Mais informações sobre Leonel Martins, ver: Borges (2019).
34. *República*, Florianópolis, ano XIX, n. 1.736, 26 ago. 1924, p. 2. HDBN.
35. *O Estado*, Florianópolis, ano XII, n. 3.796, sexta-feira, 28 jan. 1927, p. 2. HDBN. Grifos no original. A edição da Folha Nova citada não foi encontrada.
36. Diversas são as referências às atividades

- publicadas nos jornais, por exemplo: *O Estado*, Florianópolis, ano XVII, n. 2.506, quinta-feira, 26 out. 1922, p. 1; n. 2.541, sexta-feira, 8 dez. 1922, p. 2. HDBN.
37. Além da capital, foram identificadas associações negras em Santa Catarina, no período entre 1888 e 1930, em: Laguna, Lages, Itajaí, Joinville e São Francisco do Sul. Ver: Bartholomay (2014); Branco (2002); Marcon (2010); Rosa (2016); Sayão (2015); Silva (2001).
38. *O Dia*, Florianópolis, ano XIV, n. 7567, domingo, 19 jul. 1914, p. 1. HDBN.
39. O evento foi prestigiado pelo governador e diversas autoridades. *O Dia*, Florianópolis, ano XIV, n. 7565, sexta-feira, 17 jul. 1914, p. 2; Idem. HDBN.
40. Discurso de Ildefonso Juvenal nas dependências do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. *República*, Florianópolis, ano XV, n. 486, 23 maio 1920, p. 2. HDBN.
41. Além deles, Agostinho José Germano, João Cândido da Silva, Jeronymo Emiliano de Lima, Thimoteo Alves, Othelo Baptista, Arthur Jacinto da Rosa, Fredolino Vieira da Rosa, João Soares, Fernando Joaquim de Sousa, Elyseu Paulo Diogo, Luiz Pereira, Hortêncio Deolindo da Conceição e José Benedicto Silveira. *República*, Florianópolis, ano XVII, n. 923, 25 nov. 1921, p. 2. HDBN.
42. *O Estado*, Florianópolis, ano VII, n. 2.172, 21 set. 1921, p. 5. HDBN. As regatas organizadas pela confederação eram realizadas em duas importantes datas cívicas da *República*: o 15 de Novembro e o 21 de Abril. Sobre a questão da construção dos símbolos republicanos, ver: Carvalho (1990).
43. Os palpites eram publicações recorrentes nos jornais antes das competições de remo. *O Estado*, Florianópolis, ano VII, n. 2.212, 8 nov. 1921, p. 3. HDBN.
44. *O Estado*, Florianópolis, ano VII, n. 2.173, 23 set. 1921, p. 2. HDBN.
45. Naquele mesmo ano, a Liga Operária estava organizando o Clube Náutico Independência (SARTORI, 2013), formado pelos descendentes de italianos que compunham parte da classe operária da cidade. Somada ao Cruz e Sousa, eram duas associações de trabalhadores buscando espaço nas competições náuticas.
46. *República*, Florianópolis, ano VIII, n. 916, terça-feira, 15 nov. 1922, p. 2.
47. Na capital existiam outros três clubes: o Aldo Luz, o Riachuelo e o Francisco Martinelli todos compostos pela elite branca e setores próximos a ela.
48. Trata-se de projeto de regulamento publicado em 1922. Sartori (2013) analisando-o demonstra como, com algumas alterações, manteve-se a discriminação por classe laboral. *República*, Florianópolis, ano VIII, n. 1.013, terça-feira, 21 mar. 1922, p. 2.
49. *O Estado*, Florianópolis, ano VII, n. 2.217, 14 nov. 1921, p. 3. HDBN.

50. Embarcações tipo ioles de quatro remos.
51. *República*, Florianópolis, ano XVIII, n. 917, 17 nov. 1921, p. 2. HDBN.
52. *O Estado*, Florianópolis, ano VII, n. 2.218, 16 nov. 1921, p. 1. HDBN.
53. *O Estado*, Florianópolis, ano VII, n. 2.218, 16 nov. 1921, p. 1. HDBN.
54. *O Estado*, Florianópolis, ano VII, n. 2.220, 18 nov. 1921, p. 5; n. 2.219, 17 nov. 1921, p. 2. HDBN.
55. *O Estado*, Florianópolis, ano VII, n. 2.222, 21 nov. 1921, p. 5. HDBN.
56. As primeiras regatas daquele ano foram extremamente conturbadas, gerando prisões e manifestações públicas, no entanto, suas causas ainda precisam ser pesquisadas. Ao que tudo indica, não têm relação com o Henrique Dias. *O Estado*, Florianópolis, ano VII, n. 2.350, 22 abr. 1922, p. 3. HDBN.
57. Além do Cruz e Sousa e do Henrique Dias, outro clube negro de remo do Sul do Brasil, na primeira metade do século XX, foi o Clube Náutico Marcílio Dias, fundado em Porto Alegre, em 1949. Ver: Costa (2018).
58. *O Estado*, Florianópolis, ano XIX, n. 6081, quinta feira, 4 jan. 1934. *República*, Florianópolis, 31 dez. 1936. HDBN. Sobre a União Recreativa 25 de Dezembro, ver: Cardoso; Ianni (1960); Maria (1997) e Rascke (2018).